



Desenvolvimento de saberes experienciais sobre o trabalho infantil doméstico¹

Development of Knowledge Experiences about Domestic Child Labor

Desarrollo de conocimientos experienciales sobre el trabajo infantil doméstico

Patrícia Tassi - Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus de Erechim | Erechim | RS | Brasil.

E-mail: patricia.tassi@estudante.uffs.edu.br | Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-3203-2030>

Adriana Richit - Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus de Erechim | Erechim | RS | Brasil. E-

mail: adrianarichit@gmail.com | Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0778-8198>

Resumo: A legislação pátria veda a exploração do trabalho infantil doméstico, entretanto os indicadores oficiais evidenciam que esta prática atinge milhares de crianças. Contrapondo-nos a exploração do trabalho infantil e assumindo os saberes docentes como via de identificação e intervenção dessa prática, buscamos revelar e discutir “Quais são os saberes docentes relativos ao trabalho infantil doméstico desenvolvidos por professores dos anos iniciais a partir de uma ação formativa voltada a esse tema?” Acorados em Tardif, realizamos uma investigação qualitativa mediante uma atividade formativa, centrada em conteúdos do Direito e da Educação, que envolveu dezesseis professores dos anos iniciais. O material empírico consistiu nas transcrições dos encontros, notas de campo e questionário. A análise evidenciou saberes sobre as *implicações e desafios do trabalho infantil nos processos educativos, conhecimento dos contextos escolares e dos alunos e seu potencial à identificação do trabalho infantil doméstico, implicações dos aspectos socioeconômicos na incidência do trabalho infantil e do trabalho infantil doméstico no desenvolvimento das crianças, possibilidades de intervenção em sala de aula*. O desenvolvimento de saberes pode fornecer ao professor subsídios teóricos e práticos para identificar, caracterizar e intervir nas práticas de trabalho infantil.

Palavras-chave: saberes docentes; trabalho infantil doméstico; anos iniciais do ensino fundamental.

¹ Agradecemos aos professores que participaram do estudo e ao CNPq pelo financiamento (Processo: 307153/2023-1).

Abstract: The country's legislation prohibits the exploitation of domestic child labor, however official indicators show that this practice affects thousands of children. Opposing the exploitation of child labor and assuming teaching knowledge as a means of identifying and intervening in this practice, we seek to reveal and discuss "What are the teaching knowledge related to child domestic work developed by teachers in the early years based on a training action aimed at to this topic?. Anchored in Tardif, we carried out a qualitative investigation through a training activity, centered on Law and Education contents, which involved sixteen teachers from the early years. The empirical material consisted of meeting transcripts, field notes and a questionnaire. The analysis showed knowledge about the *implications and challenges of child labor in educational processes, knowledge of school and student contexts and its potential for identifying domestic child labor, implications of socioeconomic aspects in the incidence of child labor and domestic child labor in the development of children, possibilities of intervention in the classroom*. The development of knowledge can provide the teacher with theoretical and practical subsidies to identify, characterize and intervene in child labor practices.

Keywords: teaching knowledge; domestic child labor; initial years of elementary school.

Resumen: La legislación brasileña prohíbe la explotación del trabajo infantil doméstico, sin embargo los indicadores oficiales muestran que esta práctica afecta a miles de niños. Oponiéndonos a la explotación del trabajo infantil y asumiendo los saberes docentes como medio para identificar e intervenir en esta práctica, buscamos revelar y discutir "¿Cuáles son los saberes docentes relacionados con el trabajo infantil doméstico desarrollados por docentes de los primeros años a partir de una acción formativa dirigida ¿A este tema? Anclados en Tardif, llevamos a cabo una investigación cualitativa a través de una actividad formativa, centrada en contenidos de Derecho y Educación, en la que participaron dieciséis profesores de los cursos iniciales. El material empírico consistió en transcripciones de las reuniones, notas de campo y cuestionario. El análisis destacó conocimientos sobre las *implicaciones y desafíos del trabajo infantil en los procesos educativos, conocimiento de los contextos escolares y estudiantiles y su potencial para identificar el trabajo infantil doméstico, implicaciones de los aspectos socioeconómicos en la incidencia del trabajo infantil y el trabajo infantil doméstico en el desarrollo de los niños, posibilidades de intervención en el aula*. El desarrollo de conocimientos puede brindar al docente apoyo teórico y práctico para identificar, caracterizar e intervenir en las prácticas de trabajo infantil.

Palabras clave: enseñar conocimientos; trabajo doméstico infantil; primeros años de la escuela primaria.

1 Introdução

Os saberes docentes, concebidos como fenômeno complexo, com implicações e desdobramentos múltiplos, constituem-se em princípio básico para a docência com potencial para impactar a vida dos educandos, inclusive fora do âmbito escolar. A docência traz na figura do professor o desenvolvimento de saberes não codificados, constituídos a partir da interatividade diária com os alunos e o ambiente escolar: os saberes experienciais (Tardif; Lessard, 2011).

Dada à dimensão multifacetada da profissão do professor, que às vezes se mostra rígida e em outras permite flexibilizações reguladoras, destacamos a unidocência como especificidade do ensino nos anos iniciais do ensino fundamental. É a unidocência, como modelo de docência, que caracteriza a profissionalidade dos professores dos anos iniciais e a organização curricular que define o modo de estruturar o ensino neste ciclo de escolarização. Caracterizam-se como unidocentes aqueles professores que, a rigor, permanecem todo o período de aula com os educandos, ou ao menos, a maior parte deste tempo, responsabilizando-se pelas aprendizagens escolares (Caixeta, 2017).

Sendo a unidocência um modelo de docência que privilegia maior contato aluno-professor, haja vista a carga horária anual, o ensino em sala de aula pressupõe a movimentação de saberes relativos às questões curriculares e didáticas, assim como saberes sobre as crianças e o seu desenvolvimento integral.

Nesta perspectiva, a sistematização proposta por Tardif traz à docência um repertório de saberes, quais sejam: saberes pessoais dos professores, saberes provenientes da formação escolar anterior, saberes provenientes da formação profissional para o magistério, saberes provenientes dos programas e livros didáticos usados no trabalho e saberes provenientes da experiência na profissão, na sala de aula e na escola (Tardif, 2014). Em nosso trabalho, os saberes da experiência assumem centralidade pelo fato de que o trabalho infantil doméstico é um tema bastante restrito às ações de formação continuada e com forte incidência nos contextos escolares. Além disso, a literatura relacionada à temática desse estudo tem reportado resultados de pesquisa promissores no que diz respeito ao papel da formação continuada de professores, especialmente dos saberes docentes, na prevenção e combate ao trabalho infantil doméstico (Tassi; Richit, 2023).

A investigação, que buscou *identificar e discutir os saberes docentes sobre o trabalho infantil doméstico mobilizados e desenvolvidos por professores dos anos iniciais a partir de uma ação formativa centrada nesse tema*, envolveu professores da rede pública de ensino do estado do Rio Grande do Sul. Para tanto, a análise focou em dois objetivos específicos: identificar os diferentes aspectos relacionados aos saberes docentes, segundo a categorização de Tardif, movimentados pelos professores no decorrer da ação formativa; estabelecer relações entre os distintos aspectos dos

saberes docentes experienciais na discussão sobre o combate ao trabalho infantil doméstico.

A opção pela temática do Trabalho Infantil deve-se ao envolvimento da primeira autora com esse tema na área do Direito e seu vínculo com o sistema educacional. A definição do lócus da pesquisa deve-se ao fato que na região de abrangência da Universidade Federal da Fronteira Sul foi colonizada por imigrantes de várias regiões da Europa, os quais, pelos desafios que encontraram em terras brasileiras, passaram a ver nos filhos, mesmo pequenos, a força de trabalho que faltava na região.

A pesquisa tem possibilidade de contribuir no combate ao trabalho infantil doméstico, pois o desenvolvimento de saberes sobre essa prática e a proximidade entre professores e alunos nesse ciclo escolar pode ajudar na sua identificação e na conscientização das famílias e da sociedade sobre os prejuízos dessa prática à criança.

2 Docência nos anos iniciais, saberes docentes e o trabalho infantil doméstico

2.1 Docência nos anos iniciais do ensino fundamental

A docência nos anos iniciais, de acordo com a Resolução 03/2005 do Conselho Nacional de Educação – CNE, compreende a faixa etária prevista de seis a dez anos de idade, com duração estimada de cinco anos (Brasil, 2005). O trabalho docente nesse nível escolar se difere das demais etapas do ensino fundamental em função da unidocência, pois, além da complexa tarefa de lecionar em diferentes áreas do conhecimento, deve o professor atentar-se à formação integral da criança na condição de principal responsável.

A formação integral “consiste em formar o aluno como sujeito crítico e questionador, discutir as questões sociais e a formação da cidadania, proporcionar-lhe compreender a sociedade atual e atuar em sua transformação” (Lima, 2012, p. 152). Relativamente à preparação para a cidadania, Selma Pimenta destaca que a função docente se apresenta cada vez mais necessária à sociedade contemporânea na medida em que os educadores não exercem suas atividades meramente reproduzindo conhecimentos, mas mediando os processos constitutivos da cidadania de alunos (Pimenta, 2006). Nesta direção, Damiani (2006, p. 100) pondera que:

Toda prática pedagógica encerra a construção da cidadania, a vivência da cidadania. Cidadania, assim assumida, implica responsabilidade de participação de todo ser humano nos mais variados grupos sociais que se insere. Trata-se de um processo de conscientização. É entendida como direitos e deveres que o ser humano possui ao nascer e que deve se comprometer a exercer a fim de garantir a sua integridade física e moral na sociedade em que se insere.

Dos conceitos enunciados evidencia-se a complexidade que caracteriza a profissão do professor, pois sua missão não se orienta pelo desenvolvimento linear de conteúdos, mas pela pluralidade de aspectos intervenientes que compreendem saberes teóricos e práticos, valores e ações que priorizam o desenvolvimento do aluno enquanto sujeito cidadão, com direitos e deveres.

Essas demandas são destacadas na Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Educação, documento que define as diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial de professores para a educação básica e institui a base nacional comum para a formação inicial de professores da educação básica (Brasil, 2019). Além dos conteúdos específicos para as áreas do conhecimento, a Resolução estabelece premissas básicas à formação docente, os quais envolvem um olhar atento à realidade discente, tais como o reconhecimento dos contextos de vida dos estudantes (art. 4º, § 1º, III) e a compreensão dos contextos socioculturais dos estudantes e dos seus territórios (art. 12º, XIII) (Brasil, 2019). Nesse sentido, o contexto escolar constitui múltiplas possibilidades para o reconhecimento de contextos dos alunos e diálogos por meio dos quais os sujeitos escolares podem identificar não apenas questões relacionadas à aprendizagem, mas também a vivências fora do ambiente escolar.

Embora vigentes esses ditames legais, a literatura especializada denuncia a existência de desafios na prática docente (Cunha, 2002; Damiani, 2006), visto que a formação inicial, muitas vezes, não contempla todas as demandas da docência. Esse aspecto destaca a relevância da formação continuada, visto que esse processo pode ampliar aspectos da formação inicial [...]. A formação continuada de professores "acontece por meio da inserção desse profissional no conjunto de conhecimentos que dizem respeito ao seu campo de atuação e visa à construção permanente do 'ser professor'" (Fávero; Tonieto, 2010, p. 56), favorecendo o desenvolvimento profissional docente.

O desenvolvimento profissional do professor é "dinâmico, ativo e constrói-se no movimento entre os saberes trazidos do exterior e o conhecimento ligado à experiência" (Fonseca, 2002, p. 89). Caracteriza, portanto, o fenômeno contínuo e dinâmico pelo qual o professor desenvolve-se pessoal e profissionalmente, transcendendo o nível individual para o coletivo (Richit, 2020) e fomentando mudanças na prática (Richit, 2021).

2.2 Saberes docentes

Maurice Tardif introduziu uma categorização de saberes docentes, na qual estabelece cinco categorias: saberes pessoais dos professores, saberes provenientes da formação escolar anterior, saberes provenientes da formação profissional para o magistério, saberes provenientes dos programas e livros didáticos usados no trabalho e saberes provenientes de sua própria experiência na profissão, na sala de aula e na escola (Tardif, 2002). Nessa categorização, os saberes desenvolvidos a partir da

experiência, denominados saberes experienciais, são ampliados e valorizados. É a essa categoria de saberes que nosso trabalho se dedica.

Os saberes experienciais caracterizam o conjunto de saberes atualizados, adquiridos e necessários à profissão docente e que não provêm das instituições de formação nem dos currículos. Estes saberes não são encontrados sistematizados em doutrinas ou teorias. Constituem os saberes práticos

[...] que formam um conjunto de representações a partir das quais os professores interpretam, compreendem e orientam sua profissão e sua prática cotidiana em todas as suas dimensões. Eles constituem, por assim dizer, a cultura docente em ação (Tardif, 2002, p. 49).

Os saberes docentes também possuem uma fonte social de aquisição e/ou desenvolvimento, bem como possuem diferentes modos de integração na docência, sendo utilizados como embasamento à prática do professor (Borges; Richit, 2020). Para Tardif (2002), o saber docente caracteriza-se como um saber social, resultante de trocas entre os pares, práticas sociais, objetos sociais, mudanças sociais e da socialização profissional. Assumindo a natureza social dos saberes docentes, Santos (2002, p. 46) diz que esse saber envolve

[...] diferentes olhares sobre o estudante, o professor, o currículo e as instituições escolares levam hoje à valorização de saberes da experiência social e cultural, do senso comum e da prática, como elementos indispensáveis para o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias à solução, tanto dos simples como dos complexos problemas da vida pessoal e profissional dos indivíduos.

O repertório de saberes docentes circunscreve também os saberes pessoais, que podem auxiliar no reconhecimento dos contextos sociais dos alunos fora da escola, pois no campo de atuação docente é possível o estabelecimento de relações com os discentes que os levem a compreender e problematizar fatos observados e situações vivenciadas no ambiente escolar que façam referência a situações externas (Busato; Sartori, 2006).

Ocorre que, conforme já destacado, existe uma complementaridade sensível entre a formação docente e a prática profissional, fenômeno que exige dos educadores a movimentação de diversos saberes além dos produzidos pelas instituições formadoras. Neste sentido, a docência, influenciada pelas necessidades e características dos alunos, mobiliza e produz novos saberes na medida em que os saberes desenvolvidos na formação anterior são ressignificados e ampliados em face da complexidade existente nos múltiplos contextos vivenciados pelos professores na interação com os alunos.

Com o exposto, percebe-se que os saberes experienciais são saberes únicos, produzidos pelos docentes a partir de suas experiências em sala de aula e utilizados conforme necessidade específica de cada classe de alunos. Desta forma, não se caracterizam como conhecimentos estáticos; pelo contrário, estão em constante (des)construção, trazendo aos professores novos desafios diariamente e propondo, a partir da compreensão de cada docente, novos caminhos ao reconhecimento de contextos e criação de laços para o desenvolvimento dos conteúdos escolares.

2.3 Trabalho infantil doméstico

Trabalho infantil caracteriza a “condição de exploração e prejuízo à saúde e ao desenvolvimento da criança e adolescente que realiza a atividade” (Cavalcante, 2011, p. 33). Nesse sentido, estabelece a norma constitucional, logo em seu artigo 7º, inciso XXXIII², a “proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos” (Brasil, 1988).

Tal disposição evidencia duas grandes preocupações do legislador constitucional: a) que pessoas em desenvolvimento – que ainda não atingiram a idade adulta – não desempenhem atividades nocivas a sua saúde; b) que menores de 16 (dezesseis) anos não exerçam qualquer atividade trabalhista, salvo na condição de aprendiz, que refere-se ao “exercício que traz consigo a necessidade de observância do direito a proteção especial”, nos termos do art. 227, § 3º, inciso I, da Constituição Federal (Brasil, 1988).

O Estatuto da Criança e do Adolescente, por sua vez, traz normativas relativas ao trabalho infantil quando trata “Do direito à profissionalização e à proteção no trabalho”, no capítulo V, de seu título II. É neste segmento, por meio de dez artigos, que estabelece o legislador infraconstitucional, além do reforço à idade mínima ao exercício de trabalho, verdadeira rede para a proteção do trabalho adolescente, informando: a) o que é aprendizagem; b) princípios relativos à formação técnico-profissional; c) benefícios assegurados aos adolescentes de até quatorze anos, bem como maiores de quatorze anos na condição de aprendiz; d) vedações de formas de trabalho possivelmente nocivas à saúde de adolescentes; e) condições de capacitação para o exercício de atividade regular remunerada destes profissionais; e f) respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento (Brasil, 1990).

Especificamente quanto à exploração do trabalho infantil doméstico, tal prática caracteriza-se como toda a atividade executada de forma contínua, para uma pessoa determinada ou grupo familiar, em seu âmbito residencial. Caracteriza-se como doméstico todo trabalho realizado por criança ou adolescente com menos de

² Inciso XXXIII com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998.

dezesseis anos, de forma ininterrupta, em seu núcleo familiar ou a uma terceira pessoa na residência da criança ou em função desta (Lima, 2015; Lira, 2016).

O Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), ao analisar a temática apresenta outras questões, caracterizando tais atividades como aquelas que, mesmo desenvolvidas no âmbito do lar, violam direitos da criança e do adolescente à vida, à saúde, à educação, ao brincar, ao lazer, bem como acarretam prejuízos ao seu pleno desenvolvimento físico, psicológico, cognitivo e moral, haja vista que demandam responsabilidades e horas de trabalho e esforço físico inadequados à criança e ao adolescente enquanto seres em condição peculiar de desenvolvimento.

2.4 Trabalho infantil doméstico e a escola

De acordo com relatório publicado em 2021 pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), em parceria com a Fundação das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), houve um aumento importante de casos de crianças e adolescentes sob exploração entre 2016 (ano de publicação do penúltimo relatório) e 2020. O relatório aponta ainda que os progressos registrados na luta contra o trabalho infantil estagnaram pela primeira vez em vinte anos de acompanhamento, revertendo o panorama de crescente queda que se vislumbrava nos anos de 2000 a 2016 (UNICEF, 2021).

Hoje, aproximadamente cento e sessenta milhões de crianças e adolescentes encontram-se em situação de trabalho infantil no mundo, conforme destacado pela reportagem, indicando um possível aumento de 8,9 milhões de crianças nesta situação até o final do ano de 2020 em virtude dos impactos da pandemia de Covid-19 nas condições de subsistência das famílias. Os dados são alarmantes, porém revelam importantes indicadores, quais sejam: a) os mecanismos de combate hoje conhecidos não são suficientes para conter o aumento do trabalho infantil; b) o fechamento das escolas pode ter contribuído para o aumento da exploração de crianças e adolescentes (UNICEF, 2021).

O primeiro indicador que destacamos evidencia-se na medida em que os dados oficiais apontam um crescimento na exploração do trabalho infantil. A forma clássica de fiscalização desta prática ilegal se dá a partir da ação dos órgãos de fiscalização, tais como Ministério Público do Trabalho, Ministério Público, Conselho Tutelar, etc. Diante disso, é imperioso buscar novas metodologias de abordagem e conscientização acerca das características e danos causados pela exploração do trabalho infantil.

Assim, a escola assume papel fundamental no combate e prevenção a essa forma de exploração infantil por promover o desenvolvimento intelectual das crianças e, sobretudo, constituir-se em ambiente de proteção, de estímulo a seu desenvolvimento integral. Evidencia-se, portanto, o papel de destaque da escola e, por consequência, dos professores, à medida que a não frequência na escola provoca

grandes prejuízos às crianças e aos adolescentes que, caso ainda não sejam vítimas do trabalho infantil, podem passar a integrar essa triste realidade quando se encontram longe do ambiente escolar.

Consideramos relevante destacar, também, que além do espaço físico escolar distanciar a criança do exercício ilegal de labor, a figura do docente também traz benefícios ao contexto do aluno na medida em que, ao movimentar seus saberes na rotina escolar, pode vislumbrar uma possível exploração e intervir alertando os órgãos de fiscalização e auxiliando, desta forma, o combate ao trabalho infantil.

Tal perspectiva evidencia a relevância desse estudo, haja vista que buscamos, por meio de uma possível intervenção docente, contribuir com a criação de uma nova maneira de conceber e enfrentar a exploração de trabalho infantil, utilizando práticas já existentes em âmbito escolar, qual seja, a identificação de contextos dos alunos por meios dos saberes docentes experienciais a fim de evidenciar possíveis situações de exploração de crianças e adolescentes no exercício ilegal de labor e propor ações de combate e prevenção.

Compreendemos, assim, que o desenvolvimento de atividades formativas ao longo da carreira profissional do professor pode lhe fornecer subsídios teóricos e práticos necessários à docência em contextos específicos (Borges; Richit, 2020), especialmente identificar, caracterizar e intervir nas situações de trabalho infantil (Bonfim, 2005; Lima, 2013; Lira, 2016).

3 Metodologia

A pesquisa qualitativa, baseada em procedimentos tais como observação e notas de campo (Denzin; Lincoln, 2006), orientou-se pela seguinte questão: Quais são os saberes docentes relativos ao trabalho infantil doméstico desenvolvidos por professores dos anos iniciais a partir de uma ação formativa voltada a esse tema?

Para tanto, a investigação iniciou com uma ampla e rigorosa revisão das pesquisas desenvolvidas no contexto brasileiro com foco no trabalho infantil e suas implicações no desenvolvimento escolar da criança, bem como sobre a complementaridade entre a formação de professores e o combate a essa forma de exploração. Os resultados da revisão estão publicizados em Tassi e Richit (2023). A segunda etapa da investigação consistiu em promover uma ação formativa com professores dos anos iniciais de escolaridade, com vistas a apresentar e refletir sobre o ordenamento legal de proteção à criança e sobre os dados relativos a essa forma de exploração infantil e suas consequências no desenvolvimento físico, psicológico, social e escolar das crianças. A atividade formativa, estruturada em 14 encontros semanais, envolveu dezesseis professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental em exercício em escolas da rede pública estadual de ensino, pertencentes à 15ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE), sediada em Erechim, Rio Grande do Sul. O convite aos

professores das unidades escolares vinculadas à 15ª CRE deu-se mediante o envio de correio eletrônico (e-mail) endereçado às equipes diretivas dos estabelecimentos, as quais compartilharam o convite com os professores dos anos iniciais.

Os docentes interessados em participar da ação formativa realizaram inscrição por meio de plataforma digital vinculada à Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul. Após a confirmação da inscrição, encaminhamos aos docentes, por meio de correio eletrônico, um questionário que deu início às atividades formativas. O grupo constituiu-se dos seguintes participantes: Ana, Alana, Beck, Carl, Chloe, Isis, Ivy, Jade, July, Karol, Kate, Lana, Mary, Paula, Ranya, Sofia, Stella, Thais, Vick – nomes fictícios. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Instituição (CEP/Instituição), sob o resguardo do projeto “Desenvolvimento profissional de professores”, CAAE: 45026621.6.0000.5564, parecer número 4.764.981, aprovado em 10 de junho de 2021.

Para o desenvolvimento do curso Saberes Docentes e a Identificação do Trabalho Infantil Doméstico utilizamos a plataforma eletrônica Cisco Webex Meetings, por meio da qual criamos uma sala de reunião virtual para viabilizar a comunicação por meio de áudio e vídeo dos participantes e investigadores. Justificamos a escolha deste ambiente virtual devido às restrições impostas pela pandemia, bem como pelas ferramentas disponíveis de compartilhamento de materiais, vídeos, slides, etc.

Iniciamos a atividade de formação por meio do encaminhamento de questionário destinado a coletar informações acerca do perfil profissional dos docentes participantes, com questionamentos referentes à formação inicial, área de atuação profissional, participação de formações continuadas relacionadas ao tema da pesquisa, etc. As informações coletadas por meio deste instrumento permitiram que a elaboração do planejamento da atividade de formação fosse desenvolvida da maneira coerente com as demandas do grupo e favorecesse a interação dos participantes. O quadro 1 abaixo explicita as atividades desenvolvidas nesse processo.

Quadro 1 – Conteúdos e dinâmica da atividade formativa

Encontro	Conteúdo
Encontro 1 (assíncrono)	- Disponibilização de questionário, por meio de e-mail, para preenchimento.
Encontro 2 (síncrono)	- Apresentação dos participantes e organização da formação. - Explanação os objetivos da formação e cronograma.
Encontro 3 (síncrono)	- Aspectos jurídicos atinentes à problemática do trabalho infantil doméstico. - Considerações iniciais acerca do ordenamento jurídico pátrio. - Orientações e disposições na constituição federal acerca da proteção à infância e juventude. - Dispositivos legais presentes no estatuto da criança e do adolescente.
Encontro 4 (síncrono)	- Aspectos jurídicos atinentes à problemática do trabalho infantil doméstico. - Disposições existentes na consolidação das leis trabalhistas acerca do trabalho infantil. - Definição e características da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

	- Dados disponibilizados pela OIT e demais órgãos competentes acerca do trabalho infantil doméstico.
Encontro 5 (assíncrono)	- Documentário TV Cultura acerca do trabalho infantil. - Disponibilização, por meio de plataforma eletrônica de documentário acerca do trabalho infantil em território nacional.
Encontro 6 (síncrono)	- Discussão acerca dos dados apresentados no documentário disponibilizado. - Percepções acerca dos dados apresentados. - Esclarecimento acerca de possíveis questionamentos quanto à legislação citada. - Busca de possíveis similaridades com as situações apresentadas no documentário e possíveis vivências dos educadores em sala de aula.
Encontro 7 (assíncrono)	- Leitura de periódico acerca do trabalho infantil. - Disponibilização de material para leitura e reflexões acerca do trabalho infantil.
Encontro 8 (síncrono)	- Debate acerca da leitura proposta. - Percepções e concepções iniciais dos educadores, possíveis similaridades existentes entre as situações apresentadas e as vivências escolares dos participantes. - Aplicabilidade de utilização do material em ambiente escolar.
Encontro 9 (assíncrono)	- Leitura de livreto disponibilizado pelo Ministério Público do Trabalho.
Encontro 10 (síncrono)	- Debate acerca da leitura proposta. - Discussão das percepções e concepções iniciais dos educadores, possíveis similaridades existentes entre as situações apresentadas e as vivências escolares dos participantes, bem como discutir a aplicabilidade de utilização do material em ambiente escolar.
Encontro 11 (assíncrono)	- Meios para intervenção em sala de aula. - Disponibilização de material para leitura com sugestões de atividades para desenvolvimento da temática em sala de aula
Encontro 12 (síncrono)	- Debate acerca das sugestões apresentadas. - Percepções dos docentes quanto à prática escolar e as intervenções propostas.
Encontro 13 (assíncrono)	- Elaboração de plano de aula com uma proposta de intervenção referente à temática do trabalho infantil doméstico.
Encontro 14 (síncrono)	- Apresentação dos planos de aulas elaborados e encerramento da formação.

Fonte: Tassi (2022).

A análise do material empírico, embasada na análise de conteúdo (Bardin, 2011), evidenciou diferentes aspectos dos saberes experienciais movimentados pelos participantes da pesquisa, os quais constituem as categorias de análise do estudo.

4 Saberes da experiência

A categoria “saberes da experiência” agrega saberes relacionados às implicações e desafios do trabalho infantil nos processos educativos, conhecimento dos contextos escolares e dos alunos e seu potencial à identificação do trabalho infantil doméstico, implicações dos aspectos socioeconômicos na incidência do trabalho infantil e do

trabalho infantil doméstico no desenvolvimento das crianças, bem como as possibilidades de intervenção em sala de aula.

4.1 Implicações e desafios do tema trabalho infantil nos processos educativos

Quanto às “implicações e desafios do tema trabalho infantil nos processos educativos”, a análise sugere que há pouca ou nenhuma ênfase nos debates acerca do trabalho infantil no cotidiano escolar dos participantes da pesquisa.

[...] o trabalho infantil [...] é uma temática pouco discutida e eu acho que é importante a gente conhecer mais, até para poder auxiliar os alunos nesse sentido (Lana, set. 2021).

Apesar de ser um tema pouco abordado, é possível que o trabalho infantil mostre-se presente no cotidiano escolar. Lana evidencia a necessidade das redes de ensino promoverem a formação docente, propiciando-lhe elementos teóricos, jurídicos e pedagógicos que subsidiem a identificação e o combate desta forma de exploração infantil por meio da prática docente. Acerca da necessidade de oferecer ao docente formação referente ao trabalho infantil, Carl diz que:

[...] nas escolas, essa formação [sobre o trabalho infantil] é novidade. Até identificamos os casos [de trabalho infantil], mas fazer o que? Encaminhamos para o conselho tutelar, mas não [há] um trabalho com os alunos, sabe! Talvez [seja] interessante começar a [trabalhar] esse conteúdo em sala [de aula] (Carl, set. 2021).

Complementando a reflexão de Lana, Carl revela que as escolas têm identificado casos de exploração do trabalho infantil, contudo, o protocolo de encaminhamento adotado nas redes de ensino, que é a notificação do Conselho Tutelar, não tem produzido resultados positivos. O professor acrescenta que é necessário trazer esse tema para o debate nos contextos escolares.

Assim como Carl, outros participantes identificam a incidência do labor infantil no seu contexto escolar, porém não dispunham, até aquele momento, de orientações acerca de como proceder em casos de identificação dessa forma de exploração infantil e como promover a conscientização em sala de aula.

Acredito que o primeiro passo talvez não seja denunciar quando a gente percebe [o trabalho infantil], mas fazer trabalhos, começar aos poucos, debater em sala de aula, trazer os temas. [...]. Ao longo desse retorno das aulas presenciais, percebemos que os alunos não precisam somente de conteúdo. Eles precisam muito que a gente os ouça, que a gente olhe para eles, converse com eles. [...] [Os alunos nos falam]: “Profe, eu sei que o fulano tem problemas, mas eu também tenho” e nos colocam [situações]. [Nós professores então verificamos formas de] motivar aquela criança, ajudá-la de alguma forma. [A partir da] conscientização, motivação, essas crianças passam a se aproximar muito mais da gente para dialogar também (Mary, set. 2021).

Mary enfatiza que o combate ao trabalho infantil não pode restringir-se a denúncia, por que esse [o trabalho infantil] não é a única forma de violência que muitas crianças estão expostas no seio das famílias. Argumenta que a sala de aula acaba se construindo em espaço de escuta e acolhimento da criança que tem seus direitos violados. A partir das reflexões promovidas na ação formativa, observamos que os professores carregam a preocupação e o compromisso de auxiliar seus alunos na conscientização e combate ao trabalho infantil a partir de práticas desenvolvidas em sala de aula. Assim, mostra-se premente a necessidade de atividades de formação que propiciem aos professores fundamentação teórica, legal e pedagógica que favoreça o desenvolvimento da temática do trabalho infantil em ambiente escolar.

4.2 Conhecimento dos contextos escolares e dos alunos

Relativamente à incidência do trabalho infantil no cotidiano das crianças das escolas em que atuam, os professores evidenciam aspectos que sinalizam que “o conhecimento dos contextos escolares e dos alunos tem potencial à identificação do trabalho infantil doméstico”. A professora Kate menciona uma situação que explicita esse aspecto:

[...] essa questão do trabalho infantil está prejudicando muito nas aulas, pois, eu, por exemplo, trabalho no município e no estado. Na escola do município eu vejo muito isso, inclusive nessa semana presenciamos uma cena onde a mãe colocou uma criança de seis anos para fora de casa porque ele não quis ajudar ela a secar a louça (Kate, set. 2021).

No excerto destacado, dois aspectos chamam a atenção: a) há a percepção inicial da professora de que hoje verifica-se a ocorrência do trabalho infantil em sala de aula, bem como percebe-se que existem prejuízos ao desenvolvimento das atividades escolares; b) no caso colocado pela docente, embora o auxílio nos afazeres domésticos possa configurar uma mera ajuda, é possível que exista uma situação de exploração pelo contexto narrado. Esse segundo aspecto encontra respaldo na legislação nacional, uma vez que a criança em questão não foi convidada a ajudar na realização da atividade em questão (secar a louça), mas sim, foi ordenada a fazer tal atividade, de tal maneira que o não cumprimento dessa obrigação culminou na sua penalização, que foi a expulsão de casa.

Assim, depreendemos que a prática do trabalho infantil manifesta-se no cotidiano escolar com certa frequência, haja vista que é descrito como algo que “está prejudicando muito nas aulas” e, especialmente, na aprendizagem dos alunos. Há importantes fatores no contexto das situações vivenciadas pelos alunos que podem levar à percepção de um possível abuso infantil, bem como prejuízo aos direitos da criança assegurados em lei.

Ainda sobre a identificação das situações de trabalho infantil doméstico a partir da intervenção docente em sala de aula, uma professora acrescenta que:

[o trabalho infantil] é um debate interessante. Como sou coordenadora do ensino fundamental, a gente visualiza mais essa questão do trabalho nessa etapa [escolar]. E não deixa de ser infantil porque são crianças e adolescentes até o sétimo, oitavo ano. Mas, têm muitas coisas para serem discutidas [em relação] às crianças, a formação e a exploração. A exploração do aluno, na nossa realidade, há crianças de algumas famílias necessitadas que as vezes colocam a criança para pedir coisas na rua, então é essa situação que mais aparece. E no [meio rural] a gente sabe que as crianças levantam cedo com seus pais e começam desde cedo, como eu já falei [...], que ano passado tinha uma criança do primeiro ano que estava sempre bastante cansada. Ele falava que todo dia levantava cedo e ajudava a cuidar das vacas e os terneiros, que tinha produção de leite. Então, ele estava sempre junto nas lidas da casa e [porque ele é filho único], os pais achavam que ele tinha obrigação de ajudar. Tem muito disso sim, a gente sabe que tem mais no [meio rural], que os pais colocam as crianças como mão de obra desde cedo, isso é um fato (Karol, set. 2021).

Karol menciona situações relativas ao contexto de seus alunos e a inobservância dos direitos da criança e do adolescente no âmbito das atividades econômicas das famílias. Inicialmente refere que percebe uma maior exploração de labor infantil relacionada a questões socioeconômicas. Na sequência, relata que observa na zona rural grande utilização de mão de obra infantil, indicando inclusive uma situação em que verificou a ocorrência de trabalho pelo cansaço da criança em sala de aula.

Os aspectos destacados por Karol revelam que a prática docente permite ao professor descortinar situações vivenciadas por seus alunos, especialmente no que diz respeito à incidência dessa prática de exploração e os prejuízos do trabalho infantil ao desenvolvimento físico, biológico, neurológico e emocional da criança, bem como para a sua aprendizagem. Nesse sentido, o desenvolvimento de saberes docentes relativos à identificação do trabalho infantil não seria apenas efetiva, mas de certa forma já um tanto natural e intuitiva aos professores, haja vista que o desenvolvimento das atividades escolares já considera os contextos dos alunos. Além disso, esse saber é essencial para prática docente centrada na conscientização e combate a essa forma de exploração infantil.

Tendo em vista que a comunidade escolar constitui-se não apenas pelos professores e alunos, mas também pelos pais e/ou responsáveis pelos educandos e outros agentes escolares, importante é a contribuição de Carl quanto às nuances que envolvem o reconhecimento de contextos do corpo discente:

[Vemos muitas] crianças trabalhando, mas parece [ser] normal para as famílias. Nem todas têm um trabalho mais pesado, ou que não [permita] ir para a escola. [...]. Existem as leis, mas, às vezes, a sociedade nem conhece (Carl, set. 2021).

Carl desvela algumas das complexidades que contribuem para a ocorrência da exploração do trabalho infantil, em especial do trabalho infantil doméstico. Para ele, às vezes o trabalho infantil não traz consequências à frequência escolar – note-se que não há menção à qualidade do desempenho das atividades escolares, mas apenas à frequência escolar –, todavia, é de conhecimento da família o exercício do labor, bem

como pode ser perceptível às demais pessoas que são próximas da criança no meio social e na escola.

Nesse sentido, é essencial que, além do professor, a família e a sociedade tenham conhecimento da vedação legal ao exercício do trabalho infantil, a fim de que se potencialize cada vez mais o combate à exploração do labor infantil, evitando, assim, prejuízos ao desenvolvimento da criança em todas as suas dimensões (cognitiva, física, biológica, psicológica, emocional, cultural, social...).

Portanto, o exercício da profissão docente compreende não apenas a mobilização dos saberes desenvolvidos na formação inicial e aqueles disseminados por meio dos materiais curriculares e didáticos. A docência, sobretudo nos anos iniciais, solicita do professor desenvolver novos saberes em articulação com os saberes prévios, ampliando, assim, os saberes da experiência. Acerca da movimentação de saberes, Carl enfatiza que:

Com a experiência vamos conhecendo os alunos e eles vão trazendo esses problemas, enfim, essas questões [relacionadas ao trabalho infantil]. Também conseguimos identificar o trabalho infantil por fotografias, por vídeos, e principalmente através do diálogo. [Quando questionamos] porque [os alunos] estão cansados, com sono, já conseguimos identificar. [...] geralmente [o aluno que] apresenta alguma dificuldade não quer participar [das atividades]. Então, [trabalhamos para que se sintam] a vontade. [...] Temos de fazer esse chamamento, porque se não eles vão se excluindo cada vez mais (Carl, set. 2021).

As considerações de Carl desvelam importantes aspectos intrínsecos aos saberes necessários ao professor na identificação do trabalho infantil, indícios esses que são manifestados no cotidiano escolar das crianças em situação de exploração, são elas: cansaço, sono, dificuldades no desenvolvimento das atividades escolares, registros diversos (fotos, vídeos), bem como por meio do diálogo. Os indícios citados por Carl, na maioria das vezes, não são percebidos pelos professores, porque a formação inicial docente não propicia a discussão sobre os modos pelos quais a exploração infantil se manifesta na criança. Em outros casos, porque o professor desconhece a realidade da escola e o contexto dos alunos. Em relação à prática escolar e ao reconhecimento de contextos, Karol acrescenta:

A gente estuda [...] muitas teorias, e quando [...] você trabalha, você vai inovando, você vai criando outras práticas. E acho que tudo isso te ajuda a construir uma caminhada, uma caminhada docente, e a gente fica, com essas práticas, e essa observação, mais próxima do aluno. [Conseguimos] identificar muita coisa além do trabalho infantil. Identificamos outros problemas, problemas psicológicos, problemas familiares, o que a criança está sofrendo, o que a criança está passando. Então temos de ter esses olhares também (Karol, set. 2021).

Karol cita aspectos dos contextos escolares e dos alunos que corroboram a movimentação de saberes a partir de questões suscitadas pela prática. No exercício da docência são desenvolvidas estratégias, recursos e saberes que auxiliam na

identificação de possíveis abusos dos alunos, dentre os quais a exploração do trabalho infantil.

Os indícios de exploração infantil no que diz respeito ao trabalho doméstico, destacados pelos professores, evidenciam que o reconhecimento dessa forma de exploração se dá de forma multifatorial e multifocal, mediante a observação atenta às interações do aluno e a abertura do professor ao diálogo, por meio do qual seja possível que o aluno traga suas vivências dentro e fora do ambiente escolar. O reconhecimento, a conscientização e o combate ao trabalho infantil pressupõem do professor o conhecimento dos alunos e, sobretudo, dos seus contextos familiares e sociais, que são intrínsecos aos saberes da experiência.

4.3 Implicações dos aspectos socioeconômicos na incidência do trabalho infantil

Acerca das “implicações dos aspectos socioeconômicos na incidência do trabalho infantil”, identificamos que há, na percepção dos professores, a utilização da mão de obra infantil não apenas no exercício de labor externo para a obtenção de maiores rendimentos para auxiliar no sustento familiar, mas também na assunção de demandas domésticas para auxiliar os responsáveis que laboram em local diverso da residência familiar. Lana diz que:

[...] quanto menor a renda familiar, maior o risco do ingresso dessas crianças no trabalho. Às vezes a mãe precisa trabalhar fora e ela não tem condições de pagar alguém para deixar o filho mais novo ou os filhos, e aí acaba que a filha ou o filho mais velho assumem a responsabilidade. E muitas vezes não é porque a mãe quer, ou não sabe [que aquilo é trabalho]. [A mãe] sabe que está errado, mas não vê outra saída, e acaba que acumula o trabalho nas crianças (Lana, set. 2021).

O relato da professora revela que em sua experiência a maior incidência de trabalho infantil dá-se em famílias de baixa renda. É interessante destacar, entretanto, que na perspectiva da professora a exploração do trabalho infantil não ocorre apenas quando há o exercício de labor em local externo para a obtenção de renda, mas também dentro do ambiente familiar na medida em que a criança assume a responsabilidades de cuidar dos irmãos menores, bem como outras crianças de famílias vizinhas.

Com efeito, a situação relatada pode configurar o trabalho infantil doméstico, modalidade esta de maior dificuldade de identificação da exploração trabalho infantil. Lana traz novos elementos para a discussão sobre as distintas formas de manifestação do trabalho infantil, muitas delas disfarçadas como uma forma de interação lúdica entre irmãos mais velhos e mais jovens. Além disso, evidencia uma forma de trabalho infantil que dissocia o exercício de labor com a necessidade de obtenção de renda, pois, em geral, o trabalho infantil dá-se em seio familiar sem qualquer remuneração.

Ainda tratando da relação entre a incidência do trabalho infantil e os aspectos socioeconômicos, Mary acrescenta:

[...] quem somos nós para julgar quando uma criança trabalha para ajudar no sustento da casa [...] é a necessidade que faz com que nossas crianças trabalhem para às vezes ajudar no sustento da casa. Em nossa escola, nosso bairro, a maioria (dos alunos) são filhos de recicladores, então eles ganham uma miséria e muitas vezes não conseguem ter o sustento mínimo do mês em casa (Mary, set. 2021).

Conforme destacado, não necessariamente o trabalho infantil dá-se para a percepção de remuneração. Todavia, é notória a utilização de mão de obra infantil para esse fim. Mary corrobora a perspectiva de que no contexto do nosso estudo, o trabalho infantil algumas vezes manifesta-se devido à necessidade de prover o sustento básico da família, pois há muitas famílias em situação de vulnerabilidade social. Tal circunstância seria um fator desencadeador e potencializador na utilização do trabalho infantil.

4.4 Implicações do trabalho infantil doméstico no desenvolvimento das crianças

Quanto às “implicações do trabalho infantil doméstico no desenvolvimento das crianças”, percebemos que os professores, a partir de suas reflexões e narrativas, estabelecem relação entre a diminuição do rendimento escolar e a exploração do trabalho infantil em âmbito domiciliar, manifestando-se pela baixa participação das crianças nas atividades de sala de aula, sonolência durante a aula, distanciamento dos colegas no intervalo, entre outros indícios. A esse respeito Carl menciona alguns exemplos da ocorrência de labor infantil em âmbito doméstico e o modo como impactam nas atividades das crianças em sala de aula:

[...] o trabalho infantil pelo que a gente vê, há crianças que já têm bastante atribuições, ou seja, os pais dão bastante responsabilidades, [por exemplo] cuidar do maninho mais pequeno, e nesse sentido as vezes fica até de lado o próprio estudo, que eles deveriam se dedicar mais (Carl, set. 2021).

Para Carl, há não apenas a identificação da exploração do trabalho infantil, mas também indícios de seus prejuízos ao desenvolvimento dos educandos. O professor destaca que em sua realidade escolar já foram identificadas muitas situações de trabalho infantil, desveladas pelos relatos das crianças sobre as muitas atribuições que assumem em suas residências. Estas atribuições, que podem configurar trabalho infantil doméstico, muitas vezes culminam na abdicação de horas de estudo e/ou impossibilitam a frequência escolar, situações essas que podem ensejar dificuldades no desempenho escolar, conforme cita Ana.

[...] aconteceu na minha sala de aula. A mãe [de um aluno] tinha bebê pequeno e o filho maior [meu aluno] ajudava nos afazeres da casa. Percebi isso. Vi o rendimento dele em sala de aula decaindo nas atividades (Ana, set. 2021).

Ana destaca a identificação do trabalho infantil doméstico por meio da observação do rendimento escolar dos alunos e da própria narrativa deles, e acrescenta:

Eu acho que os pais deveriam entender que o filho pode estar ajudando em casa, mas tem que ver o rendimento do filho na escola, o crescimento futuramente. Acho que os pais deveriam pensar por este lado, se os filhos estão evoluindo na escola para o futuro (Ana, set. 2021).

O rendimento escolar pode caracterizar-se como importante indicador da incidência do trabalho infantil doméstico, visto que os participantes da pesquisa desvelam a presença dessa prática e implicações no rendimento dos alunos. Os professores acrescentam que é preciso conscientizar os pais acerca dos prejuízos do trabalho no desenvolvimento presente e futuro da criança, uma vez que a defasagem no seu desenvolvimento escolar tem implicações futuras. Nosso estudo evidencia outros indicadores da incidência do trabalho infantil no cotidiano dos alunos dos anos iniciais, a exemplo das mudanças repentinas de comportamento em sala de aula e na relação com os colegas. As crianças expostas ao trabalho infantil, muitas vezes, tornam-se retraídas, interagem menos com os colegas e procuram ficar isoladas nas atividades recreativas ou de socialização, porque estão cansadas.

4.5 Possibilidades e proposições de intervenção em sala de aula

No que tange às possibilidades e proposições de intervenção em sala de aula, os professores manifestam receios com relação à comunicação com os pais ou responsáveis, haja vista que tal questão muitas vezes traz complicações na rotina escolar, quando não à própria criança.

Os professores manifestam vontade e compromisso com a promoção de conscientização acerca da exploração do trabalho infantil na comunidade escolar, abrangendo alunos, professores, agentes escolares, familiares e a comunidade. Alguns docentes, a exemplo de Vick, Carl e Karol, referiram que já desenvolvem conceitos relacionados ao trabalho infantil a partir de atividades escolares, tais como literatura e/ou discussão sobre os direitos da criança. Outros destacaram que pretendem elaborar e desenvolver projetos para trabalhar a temática a partir dessa atividade formativa que participaram. Outros inclusive manifestaram interesse em dar continuidade aos estudos sobre essa questão e sugeriram a oferta de novos cursos e ações formativas.

Os professores destacaram também a comunicação entre escola e família como uma via essencial de intervenção ao combate ao trabalho infantil. O fortalecimento da comunicação com a família é essencial para a uma possível intervenção mediante a identificação de uma possível exploração. Ou seja, mediante o estabelecimento de um diálogo mais efetivo entre pais e professores é possível intervir no combate ao trabalho

infantil, pois a partir dessa interlocução pode-se esclarecer os pais sobre esse tema e conscientizá-los sobre os prejuízos do trabalho infantil no desenvolvimento da criança.

Outra importante via de conscientização e combate ao trabalho infantil, nas suas distintas formas, é a intervenção do Conselho Tutelar e também do Ministério Público. Porém, de acordo com os professores participantes da pesquisa, há obstáculos intransponíveis a serem tratados por esses órgãos responsáveis pela coibição da exploração do trabalho infantil, haja vista que compete a eles a análise, acompanhamento e aplicação das medidas cabíveis. A esse respeito, Ranya destaca que:

[...] nós educadores precisamos ter esse olhar [atento a possíveis explorações] e ir além da realidade da escola. [Perceber os sinais] e mobilizar os órgãos públicos competentes para dar conta dessas demandas (Ranya, set. 2021).

Relativamente à promoção de conscientização da comunidade escolar acerca do trabalho infantil, Ana diz:

Comecei a trabalhar [a temática do trabalho infantil] em sala de aula e alguns [alunos] comentaram que trabalham com os pais, que [inclusive] ganham dinheiro [para tanto]. Fiquei surpresa com o pensamento de alguns. [...] quero desenvolver e trabalhar muito mais com eles. Acho que [há] muito assunto para ser trabalhado e desenvolvido com [os alunos] (Ana, set. 2021).

É relevante mencionar que a situação narrada pela professora não é pontual no contexto de nosso estudo, uma vez que situação similar foi observada em outras narrativas, tal como a de Jade:

Há pouco tempo trabalhei esse tema [trabalho infantil] em sala de aula. Passei alguns vídeos e imagens e algumas crianças, como era época de colheita de laranja, comentaram: "Ah, eu fui ajudar porque meu pai disse que o dono ia me dar uns troquinhos". Elas ficavam animadas. Então, [precisamos] conscientizar as famílias sobre esse tema (Jade, set. 2021).

A análise desses excertos indica que é recorrente no cotidiano escolar que os alunos partilhem com os professores o desenvolvimento de atividades laborais no âmbito domiciliar e também externamente às atividades familiares. Nesta seara, mostra-se premente a necessidade de conscientização de toda a comunidade escolar acerca da proibição legal da exploração do trabalho infantil, bem como a conscientização dos prejuízos de seu exercício ao desenvolvimento do aluno. Acrescentamos a esse aspecto a necessidade e urgência da escola propor ações que tenham potencial para adentrar nos lares das crianças e envolver os pais, oportunizando-os ler, refletir e compreender esse tema e, assim, colaborar com a escola no combate a essa forma tão dissimulada e perversa de exploração da infância, que é o trabalho infantil doméstico.

5 Discussão e considerações finais

5.1 Implicações e desafios do tema trabalho infantil nos processos educativos

A análise mostra que há pouca ou nenhuma ênfase nos debates acerca do trabalho infantil no cotidiano escolar dos docentes participantes da nossa pesquisa. Tal situação pode trazer impactos nocivos à formação integral do educando, tanto no que diz respeito à sua aprendizagem, formação cidadã e desenvolvimento físico e emocional. Com efeito, tendo em vista que a escola busca favorecer a constituição de um aluno crítico e questionador, capaz de discutir questões sociais, compreender e atuar na transformação da sociedade atual (Lima, 2012), nos parece difícil a construção deste ideal em um ambiente carente de informação, no qual crianças e adolescentes são submetidos as mais distintas formas de exploração do trabalho infantil doméstico (Lima, 2013; Lira, 2016, Bonfim, 2005), que muitas vezes não são percebidas pelos professores, gestores ou outros membros da comunidade escolar. Esse aspecto evidencia a relevância e a urgência do professor desenvolver e movimentar diferentes saberes docentes provenientes da experiência (Tardif, 2014), os quais lhe permitam identificar e combater o trabalho infantil.

Estas questões podem surgir por meio de análises restritas do cotidiano escolar, haja vista que os saberes docentes revelam-se não apenas por meio de juízos pessoais, crenças, modo de agir, concepções, mas também por programas escolares, livros didáticos, de experiências de visualização das dificuldades de aprendizagem dos educandos e relativos aos programas curriculares (Borges, 2019; Borges; Richit, 2020). Sem conhecimentos específicos acerca dos malefícios do trabalho infantil, o professor não dispõe de subsídios necessários à identificação e caracterização desta forma de exploração.

5.2 Conhecimento dos contextos escolares e dos alunos

Os resultados mostram a docência se constitui como uma atividade permanente (Tardif, 2014), haja vista que sala de aula apresenta-se como um dos ambientes mais oportunos à construção de ações compartilhadas. Considerando que o processo educacional nutre-se a partir das relações estabelecidas entre alunos e professores (Freire, 2011), o reconhecimento, a conscientização e o combate ao trabalho infantil pressupõem do professor o conhecimento dos alunos e, sobretudo dos seus contextos familiares e sociais, os quais são intrínsecos aos saberes da experiência.

Os saberes relacionados aos alunos e aos contextos sociais e familiares, que possibilitam a identificação da prática do trabalho infantil doméstico, podem favorecer a compreensão de aspectos regionais ligados à problemática (Silva, 2009), diminuir a invisibilidade dessa questão (Seixas, 2014), assim como possibilitam ao professor e a escola intervirem e combaterem essas formas de exploração (Brasil, 1988; 1990).

5.3 Implicações dos aspectos socioeconômicos na incidência do trabalho infantil

O trabalho infantil frequentemente manifesta-se devido à necessidade de prover o sustento básico da família, perspectiva essa que se contrapõe a legislação de proteção da criança (Brasil, 1990). Tal circunstância seria um fator desencadeador e potencializador na utilização do trabalho infantil, agravando as condições de exploração da criança e os prejuízos ao seu desenvolvimento escolar, físico, emocional e cidadão (Lira, 2016). Sendo esta perspectiva multifatorial, é essencial ao seu descortinamento a mobilização e compreensão dos saberes pessoais dos professores, haja vista que estes podem auxiliar no reconhecimento dos contextos sociais dos alunos fora da escola (Busato; Sartori, 2006).

5.4 Implicações do trabalho infantil doméstico no desenvolvimento das crianças

No contexto dos participantes da nossa pesquisa, há relação entre a diminuição do rendimento escolar e a exploração do trabalho infantil em âmbito domiciliar. Esta situação traz prejuízos à prática pedagógica e à construção da cidadania (Damiani, 2006), pois dificulta o exercício do direito à educação e traz óbices à atividade docente de mediação dos processos constitutivos da cidadania de seus alunos (Pimenta, 2006).

5.5 Possibilidades e proposições de intervenção em sala de aula

A análise evidencia situações múltiplas de ação, dentre as quais destacamos: a identificação de meios que auxiliem o estabelecimento e fortalecimento de um canal de comunicação com os pais e/ou responsáveis para a conscientização acerca da exploração do trabalho infantil doméstico; a proposição de projetos que envolvam a comunidade escolar na compreensão sobre o trabalho infantil doméstico (Viana, 2012); uso da mídia para informar e conscientizar a sociedade (Bonfim, 2005); e o potencial transformador dos saberes docentes (Tardif, 2014) a partir da movimentação de saberes experienciais acerca do trabalho infantil doméstico, em especial aqueles desenvolvidos em interface com a experiência cotidiana em sala de aula e no diálogo com os alunos.

A análise sinaliza a relação entre os saberes docentes desenvolvidos na prática escolar e os caracteres que denunciam a prática ilegal do trabalho infantil doméstico (Bonfim, 2005; Lira, 2016). As ações referidas movimentam saberes docentes experienciais constituídos na docência e na interação entre professores e alunos. A partir deste vínculo, que não se resume a mera questão de tempo compartilhado, mas da soma de todas as tensões e alegrias da profissão, bem como da identidade profissional dos docentes em exercício, que estes saberes se desenvolvem (Tardif; Lessard, 2011).

As intervenções ventiladas, assim como os saberes experienciais, mostraram-se bastante dinâmicos, transmutando-se de acordo com cada contexto narrado e com o momento histórico vivido. Tal circunstância desvela uma característica importante do saber experiencial: o movimento permanente (Cunha, 2002; Borges; Richit, 2020), favorecendo reflexões e problematizações ao longo das trajetórias de formação continuada que promovem a construção de novos saberes docentes (Santos, 2010; Richit; Ponte; Tomkelski, 2024).

A análise desvelou uma diversidade importante de fatores, haja vista que foram propostos debates referentes aos processos educativos, conhecimento de contextos, implicações socioeconômicas, impactos no desenvolvimento das crianças, bem como intervenções. Todas estas questões nos mostraram o potencial transformador dos saberes docentes, especialmente os saberes desenvolvidos em interface com a experiência docente. Assim, o desenvolvimento profissional do professor constitui-se em via de transformação social (Almeida; Richit, 2021; Pimenta, 2006) na medida em que a movimentação de saberes docentes sobre o trabalho infantil pode favorecer a identificação dessa prática, assim como contribuir no combate e prevenção dessa forma de exploração.

Além disso, os resultados da investigação desvelam um espectro de questões relacionadas à prática do trabalho infantil, tais como a cultura ou fatores socioeconômicos, que normalizam essa forma de exploração, devido ao modo assistencialista e/ou ingênuo pelo qual a sociedade reage ao trabalho da criança em contextos públicos. Nesse sentido, ressaltamos que são urgentes e necessários mais estudos referentes às possibilidades do desenvolvimento dos saberes docentes no combate ao trabalho infantil, em especial ao trabalho infantil doméstico.

Vale destacar que essa pesquisa, por sua natureza e objetivos, apresenta algumas limitações relativas à metodologia e à análise realizada, as quais delimitam a generalização dos resultados a um recorte histórico e sociocultural específico. A primeira limitação metodológica refere-se ao fato de os professores pertencerem a um contexto cultural em que essa prática foi normalizada por longo tempo, de modo que durante a infância muitos deles foram expostos a exploração infantil e não a veem como algo totalmente negativo. Consideramos, assim, que os resultados produzidos podem ser diferentes a partir de uma pesquisa realizada em outros contextos sociais, culturais ou étnicos, em que os professores não tenham sido expostos ao trabalho infantil. Esse aspecto foi observado, por exemplo, nas narrativas e reflexões dos professores mais jovens, que tiveram uma infância diferente e, por isso, apresentam uma visão mais crítica dessa questão é uma postura mais reativa quando se deparam com indícios dessa prática.

Outra limitação é que aproximadamente oito participantes não tinham qualquer conhecimento sobre essa temática e, por isso, suas questões eram na forma de dúvidas. A limitação teórica refere-se ao nosso escopo de pesquisa, que se centrou na categoria dos saberes experiências. Consideramos que resultados distintos podem ser produzidos a partir de outras categorias de saberes de Tardif.

Referências

- ALMEIDA, W. X.; RICHIT, A. Conhecimento e desenvolvimento profissional de formadores de futuros professores. **Currículo sem Fronteiras**, Rio Grande do Sul, v. 21, n. 3, p. 1720-1742, set./dez. 2021. Disponível em: <http://curriculosemfronteiras.org/vol21iss3articles/almeida-richit.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2023
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BONFIM, W. S. **O papel das fontes na construção da notícia**: o agendamento do tema trabalho infantil doméstico no jornalismo impresso brasileiro, no ano de 2003. 2005. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2005.
- BORGES, A. S. **O ensino de música e tecnologias digitais**: saberes desenvolvidos por professores dos anos iniciais a partir de uma atividade formativa. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2019.
- BORGES, A. S.; RICHIT, A. Desenvolvimento de saberes docentes para o ensino de música nos anos iniciais. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 50, n. 176, p. 555-574, abr./jun. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/mk7JNclky9GSvWS6SWkSwKp/?format=pdf>. Acesso em: 04 mar. 2023.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 jul. 1990.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB n. 3, de 03 de agosto de 2005**. Brasília: Ministério da Educação. Disponível em: https://www.normasbrasil.com.br/norma/resolucao-3-2005_102472.html. Acesso em: 20 maio 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/EP n. 2, de 20 de dezembro de 2019**. Brasília: Ministério da Educação. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECPN22019.pdf

. Acesso em: 20 maio 2024.

BUSATO, Z. S. L.; SARTORI, J. Construção da identidade pedagógica do professor. *In*: SARAIVA, I. S.; WESCHENFELDER, M. H. (org.). **Sala de aula**: que saberes? Que fazeres? Passo Fundo: UPF Editora, 2006. p. 50-72.

CAIXETA, S. S. **Unidocência**: uma análise do trabalho pedagógico de professoras dos anos iniciais do ensino fundamental. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, 2017.

CAVALCANTE, S. R. **Trabalho infantil artístico**: do deslumbramento à ilegalidade. São Paulo: Ltr, 2011.

CUNHA, M. D. Cotidiano e processo de formação de professores. *In*: CICILLINI, G. A.; NOGUEIRA, S. V. (org.). **Educação escolar**: políticas, saberes e práticas pedagógicas. Uberlândia: EDUFU, 2002. p. 67-83.

DAMIANI, F. E. Prática pedagógica: um desafio na construção da cidadania. *In*: SARAIVA, I. S.; WESCHENFELDER, M. H. (org.). **Sala de aula**: que saberes? Que fazeres? Passo Fundo: UPF Editora, 2006. p. 100-112.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. *In*: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.

FÁVERO, A. A.; TONIETO, C. **Educar o educador**: reflexões sobre a formação docente. São Paulo: Mercado de Letras, 2010.

FONSECA, S. G. Saberes da experiência, histórias de vida e formação docente. *In*: CICILLINI, G. A.; NOGUEIRA, S. V. (org.). **Educação escolar**: políticas, saberes e práticas pedagógicas. Uberlândia: EDUFU, 2002. p. 85-102.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

LIMA, D. C. Apontamentos sobre o trabalho infantil doméstico. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, v. 20, n. 4208, jan. 2015. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/30711>. Acesso em: 15 fev. 2023.

LIMA, M. M. A. **As tessituras da história ensinada nos anos iniciais**: pelos fios da experiência e dos saberes docentes (Garanhuns - Pernambuco). 2013. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

LIMA, V. M. M. A complexidade da docência nos anos iniciais na escola pública. **Revista Nuances**: estudos sobre Educação, Presidente Prudente, v. 22, n. 23, p. 148-166, maio/ago. 2012. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/1767>. Acesso em: 20 maio 2024.

LIRA, T. S. V. **O sentido do trabalho infantil doméstico**: particularidades e contradições na esfera da reprodução social nas economias periféricas dependentes. 2016. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

PIMENTA, S. G. Trabalho e formação de professores: saberes e identidade. *In*: SARAIVA, I. S.; WESCHENFELDER, M. H. (org.). **Sala de aula**: que saberes? Que fazeres? Passo Fundo: UPF Editora, 2006. p. 17-30.

RICHIT, A. Desenvolvimento profissional de professores: um quadro teórico. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, v. 10, n. 14, p. 1-19, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/neiba/article/view/71444>. Acesso em: 15 fev. 2023.

RICHIT, A. Estudos de aula na perspectiva de professores formadores. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 25, p. 1-24, 2020. DOI 10.1590/S1413-24782020250044. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/ZGHbjRhNkk5CzKN6G6bh56w/?lang=pt>. Acesso em: 15 fev. 2023.

RICHIT, A.; PONTE, J.P.; TOMKELSKI, M.L. Professional collaboration among elementary school teachers in Lesson Study. **Journal of Research in Mathematics Education**, Barcelona, v. 13, n. 2, p. 111-131, 2024. DOI 10.17583/redimat.14337. Disponível em: <https://hipatiapress.com/hpjournals/index.php/redimat/article/view/14337>. Acesso em: 20 maio 2024.

SANTOS, L. L. C. P. Pluralidade de saberes em processos educativos. *In*: CANDAU, V. M. (org.). **Didática, currículo e saberes escolares**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002. p. 46-59.

SANTOS, N. A. **Trajetórias de formação e a construção dos saberes docentes**: investigando tempos e espaços formadores a partir da experiência de formação inicial. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010.

SEIXAS, P. N. **A invisibilidade do trabalho infantil doméstico em João Pessoa – Paraíba**: análise a partir de uma perspectiva de gênero. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

SILVA, C. C. S. **Domestic child labor**: profile and experience of working girls in São Luis. 2009. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2009.

TARDIF, M. Os professores enquanto sujeitos do conhecimento: subjetividade, prática e saberes no magistério. *In*: CANDAU, V. M. (org.). **Didática, currículo e saberes escolares**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002. p. 112-128.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

TARDIF, M.; LESSARD, C. **O trabalho docente**: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

TASSI, P. **Docência nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental**: o desenvolvimento de saberes sobre o Trabalho Infantil Doméstico. 2022. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechim, 2022.

TASSI, P.; RICHIT, A. Docência nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e o Desenvolvimento de saberes sobre o Trabalho Infantil Doméstico. **Gavagai - Revista Interdisciplinar de Humanidades**, Erechim, v. 10, n. 1, p. 98-112, 27 out. 2023. DOI 10.36661/2358-0666.2023v10n1.13501. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/GAVAGAI/article/view/13501>. Acesso em: 20 maio 2024.

UNICEF. **Relatório Anual da UNICEF – Brasil**. Brasília: Unicef, 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/19061/file/UNI50-RA2021.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2023.

VIANA, A. F. **O trabalho infantil doméstico nos lares de terceiros em condições de exploração excluídos dos direitos básicos de cidadania**. 2012. Dissertação (Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea) – Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2012.

Contribuição dos(as) autores(as)

Patrícia Tassi – Coordenadora do projeto, participação ativa na recolha, tratamento e análise dos dados, elaboração do artigo e revisão da escrita final.

Adriana Richit – Coordenadora do projeto, participação ativa na recolha, tratamento e análise dos dados, elaboração do artigo e revisão da escrita final.

Revisão gramatical por:

Adriana Richit

E-mail: adrianarichit@gmail.com